

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marisa Lojas S.A. (“Companhia” ou “Marisa”), incorporada no Brasil, com sede na Rua James Holland, 422, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de abril de 1959, é uma Companhia de capital aberto e está listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação AMAR3, sendo classificada no nível “Novo Mercado” de Governança Corporativa.

A Marisa e suas controladas (em conjunto a “Companhia” ou “Consolidado”) se dedicam principalmente ao comércio varejista e atacadista de produtos de consumo, comércio eletrônico, vendas diretas, administração do Cartão Marisa, concessão de empréstimos para pessoas físicas, dentre outras atividades. A relação das controladas está evidenciada na nota explicativa n.º 13 e outros detalhes sobre as informações por segmento foram fornecidos na nota explicativa n.º 32.

1.1 Aprovação das demonstrações financeiras

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2016, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individual e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

2.2 Bases de consolidação

As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

A aquisição de 20% do capital total da Netpoints em abril de 2014 não caracterizou aquisição de controle e, por não atender aos requerimentos estabelecidos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, as informações financeiras da Netpoints não foram consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado seguem a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

a) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, títulos e valores mobiliários, partes relacionadas, outros créditos e instrumentos financeiros derivativos.

A mensuração de ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem os saldos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos.

2) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros créditos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação. Mudanças no valor justo dos derivativos são

registradas em cada exercício como ganhos ou perdas no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um hedge efetivo na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o exercício relacionado.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge. Além disso, a Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são, ou não, altamente eficazes nas suas variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício quando o item protegido for efetivamente realizado.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como os mesmos são calculados estão descritos na nota explicativa n.º 31.

(v) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, contas a pagar, outras obrigações, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

1) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, no caso da Companhia, compreendem os saldos de instrumentos financeiros derivativos.

2) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, no caso da Companhia, compreendem os saldos de fornecedores, contas a pagar, outras obrigações e empréstimos e financiamentos.

3) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros líquidos dos custos

de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo custo amortizado dos títulos representativos desses créditos.

e) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda.

f) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

g) Intangível

Os gastos com as aquisições de licenças de programas de computador ("software") e de sistemas de gestão empresarial são capitalizados e amortizados conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 16 e os gastos associados à respectiva manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura pagos pela Companhia quando da assinatura dos contratos de aluguel são capitalizados e posteriormente amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação, pois não são recuperáveis ao final do prazo de locação.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

h) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros

Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, ela é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), os quais correspondem a cada uma das lojas.

i) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do período pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme mencionado no item f), ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

j) Provisões para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável a saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras.

k) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas de vendas e os respectivos custos são registrados quando da entrega das mercadorias aos clientes e as receitas de prestação de serviços de cobrança e intermediação de produtos financeiros do Cartão Marisa são registradas quando o serviço é prestado.

As receitas decorrentes das operações com cartão de crédito são apropriadas observando-se o critério "pro rata", com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- quando os impostos sobre vendas e serviços prestados incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas e serviços prestados é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

m) Resultado financeiro (receitas e despesas financeiras)

Representam juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de "swap", resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos ("swap" contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

n) Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, prefixadas, foram trazidas a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que a controlada incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. A Companhia adota a taxa média de encargos financeiros das captações, pois o preço à vista e o parcelamento prefixado têm o mesmo valor de venda, não sendo política da Companhia conceder descontos para pagamentos antecipados; além disso, não é considerada a variável juros na política de precificação dos produtos.

o) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

(i) *Correntes*

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis fiscalmente no momento do seu registro.

Para as controladas Club, Estilo e Sax, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL também são apuradas com base no regime de lucro real. Para as demais controladas, o regime de apuração utilizado é o de lucro presumido.

(ii) *Diferidos*

O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais do IRPJ e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com IRPJ e CSLL diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

p) Plano de outorga de opções de compra de ações

O valor justo das opções outorgadas pela Companhia a executivos é reconhecido como despesa no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido. Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções e reconhece, quando aplicável, no resultado do período em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

q) Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor Presidente.

r) Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório (25% sobre o lucro líquido) é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos" no patrimônio líquido.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do lucro líquido do exercício, diretamente no patrimônio líquido.

s) Investimentos

As participações em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora. Nas operações entre as controladas da Companhia, os ganhos ou perdas não realizados, foram eliminados. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes com as adotadas pela Companhia.

t) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

4. PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

A Administração da Companhia e de suas controladas realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

a) Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na data do balanço.

b) Provisão para desvalorização dos estoques

A desvalorização dos estoques ocorre quando itens são vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção. A Companhia estima o valor da provisão para

desvalorização dos estoques na data do balanço, com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes do Cartão Marisa são controladas por faixa de vencimento e CPF dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, aplicando-se esse percentual sobre os valores vencidos acima de 90 dias, considerados como críticos pela Administração.

d) Provisão para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos.

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O julgamento da administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

f) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

g) Transações com Pagamentos Baseados em Ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A seguir apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos nos próximos exercícios sociais:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros
(Vigência a partir de 01/01/2018)

Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; ; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.

IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Alteração IFRS 11 Negócios em Conjunto (Vigência a partir de 01/01/2016)	A entidade participante de uma joint venture deve aplicar os princípios relevantes relacionados a combinação de negócios, inclusive no que diz respeito as divulgações requeridas.
Alteração IAS 16 e IAS 38 Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.)	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.
Alterações IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação. (Vigência a partir de 01/01/2016)	Dentre outros esclarecimentos, ficou estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado dos seus investimentos.
Alterações na IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto. (Vigência a partir de 01/01/2016)	As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultante da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, como definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, é reconhecido(a) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultante da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, é reconhecido somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture.
IFRS 7 Contratos de serviços (Vigência a partir de 01/01/2016)	Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem as definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C).
IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas (Vigência a partir de 01/01/2016)	As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas (Vigência a partir de 01/01/2016)	As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, joint ventures e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam aplicando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente.
Alteração IAS 1 (Vigência a partir de 01/01/2016)	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão. A Companhia adotou antecipadamente o referido pronunciamento.
IFRS 16 – Arrendamento Mercantil (Vigência a partir de 01/01/2019)	Tem o objetivo de unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.

A Companhia não espera que as novas normas ou revisões acima mencionadas produzam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras ou informações contábeis intermediárias.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	13.668	15.448	13.676	15.488
Bancos conta movimento	30.523	27.451	31.480	31.874
Aplicações financeiras	309.749	337.956	506.457	463.318
	<u>353.940</u>	<u>380.855</u>	<u>551.613</u>	<u>510.680</u>

6.1 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Operações compromissadas (i)	287.547	306.187	432.490	409.498
CDB (ii)	21.219	31.285	21.777	40.097
CDI (iii)	-	-	50.445	12.234
Outras aplicações financeiras	983	484	1.745	1.489
	<u>309.749</u>	<u>337.956</u>	<u>506.457</u>	<u>463.318</u>

- (i) Referem-se a operações compromissadas em debêntures, que se caracterizam pela venda de uma debênture com o compromisso por parte do vendedor (Banco) de recomprá-la e do comprador (Companhia) de revendê-la a qualquer momento e sem perda de rendimento, o qual varia de 100,0% a 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (de 100,0% a 103,0% em 31 de dezembro de 2014).
- (ii) Refere-se a aplicações em CDB com compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento, o qual varia entre 90,0% e 101,5% do CDI (99,0% e 101,5% em 31 de dezembro de 2014).
- (iii) Refere-se a aplicações em CDI – Interbancária da controlada Sax Financeira, com compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento, o qual varia entre 99,8% e 100,0% do CDI (99,0% e 101,5% em 31 de dezembro de 2014)

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Taxa de rendimento - %		Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
CDB (a)	(c)	(c)	8.172	10.178	10.623	10.209
LFT - Renda Fixa	-	10,90	-	2.210	-	2.210
Operações compromissadas (a)	(b)	(b)	438	394	789	566
Outros títulos e valores mobiliários	-	-	1.657	1.116	1.712	1.230
			<u>10.267</u>	<u>13.898</u>	<u>13.124</u>	<u>14.215</u>
Ativo circulante			328	205	328	205
Ativo não circulante			9.939	13.693	12.796	14.010
			<u>10.267</u>	<u>13.898</u>	<u>13.124</u>	<u>14.215</u>

- (a) Refere-se à aplicação financeira dada em garantia e fiança a processos judiciais e operação com o Itaú.
- (b) Refere-se à operação compromissada em debêntures, com rendimento de 100,0% a 102,0% do CDI (de 100,0% a 103,5% do CDI em 31 de dezembro de 2014).
- (c) Aplicações em CDB com rendimento de 100,0% a 104,0% do CDI (de 99,0% a 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2014).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber de clientes - Cartão Marisa:				
A vencer:				
Até 30 dias	117.443	140.612	120.331	133.069
De 31 a 60 dias	79.895	53.131	66.094	78.415
De 61 a 90 dias	29.153	13.593	61.961	74.765
De 91 a 120 dias	11.428	2.341	45.258	54.184
De 121 a 150 dias	4.309	408	33.421	41.427
De 151 a 180 dias	-	-	19.278	25.330
De 181 a 210 dias	-	-	16.306	22.648
Acima de 210 dias e menor de 360 dias	-	-	26.250	38.033
	<u>242.228</u>	<u>210.085</u>	<u>388.899</u>	<u>467.871</u>
Vencidas:				
Até 30 dias	-	-	71.828	85.207
De 31 a 60 dias	-	-	23.897	25.443
De 61 a 90 dias	-	-	19.885	19.976
De 91 a 120 dias	-	-	19.957	18.727
De 121 a 150 dias	-	-	17.168	16.625
De 151 a 180 dias	-	-	17.056	16.976
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>169.791</u>	<u>182.954</u>
	<u>242.228</u>	<u>210.085</u>	<u>558.690</u>	<u>650.825</u>
Administradoras de cartões de crédito – terceiros (a)	167.524	162.220	168.304	165.437
Cartão “co-branded” - Marisa Itaucard (b)	32.257	44.228	32.257	44.228
Contas a receber - Banco Itaú Unibanco	-	-	6.728	11.315
Operações de crédito pessoal – SAX (c)	-	-	184.112	200.652
FIDC-NP Club (e)	-	-	-	13.664
Outras contas a receber	3.899	132	4.215	586
Ajuste a valor presente	(7.080)	(7.370)	(7.251)	(7.780)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	-	(9)	(115.814)	(98.563)
	<u>438.828</u>	<u>409.286</u>	<u>831.241</u>	<u>980.364</u>

- (a) Refere-se a saldo com administradoras de cartões de crédito onde o recebimento ocorre em até 90 dias, sendo que em 31 de dezembro de 2015 o percentual de recebimento em 30 dias é de 57% (60% em 31 de dezembro de 2014).
- (b) Conforme contrato celebrado com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. (“Itaú Unibanco”) para criação do cartão de crédito Itaú Unibanco/Marisa (“co-branded”), nas situações em que ocorre a migração do cliente detentor do “Cartão Marisa” para este novo cartão, os saldos a receber em aberto são automaticamente assumidos pelo Itaú Unibanco, o qual pagará à Marisa o valor principal acrescido de juros previamente contratados pelo cliente nas vendas parceladas, se aplicável.
- (c) Em 31 de dezembro de 2014, o montante das operações de crédito pessoal está assim distribuído por prazo de recebimento:

	31/12/2015	31/12/2014
A vencer:		
Até 30 dias	15.965	30.689
De 31 a 60 dias	29.639	26.270
De 61 a 90 dias	16.823	20.225
De 91 a 180 dias	20.997	38.835
Acima de 181 dias	25.664	23.251
	<u>109.088</u>	<u>139.270</u>

	31/12/2015	31/12/2014
Vencidas:		
Até 30 dias	10.920	11.251
De 31 a 60 dias	8.248	7.451
De 61 a 90 dias	7.910	6.696
De 91 a 120 dias	7.906	6.387
De 121 a 150 dias	7.517	5.916
De 151 a 180 dias	7.244	5.555
De 181 a 240 dias	12.806	9.482
De 241 a 300 dias	8.682	6.084
De 301 a 360 dias	3.791	2.560
	<u>75.024</u>	<u>61.382</u>
	<u>184.112</u>	<u>200.652</u>

(d) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(84)	(83.957)
Créditos provisionados no exercício	(93)	(287.739)
Créditos baixados definitivamente	<u>168</u>	<u>273.133</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(9)	(98.563)
Créditos provisionados no exercício	(40)	(294.536)
Créditos baixados definitivamente	<u>49</u>	<u>277.285</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>-</u>	<u>(115.814)</u>

(e) A operação com o Club FIDC-NP foi encerrada em novembro de 2015. A Companhia efetuou a venda da totalidade de suas cotas subordinadas e apurou ganho de R\$ 18.384.

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Mercadorias para revenda	338.542	364.047	338.542	366.496
Importação em andamento	18.442	14.022	18.442	14.022
Estoque de material de consumo e embalagem	11.149	11.250	12.499	11.954
Ajuste a valor presente	(2.032)	(3.407)	(2.032)	(3.407)
Provisões para perdas dos estoques (a)	<u>(37.844)</u>	<u>(16.475)</u>	<u>(37.844)</u>	<u>(16.475)</u>
	<u>328.257</u>	<u>369.437</u>	<u>329.607</u>	<u>372.590</u>

(a) Refere-se às prováveis perdas de inventário e desvalorização dos estoques e sua movimentação é como segue:

	Controladora / Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(23.611)
Provisão registrada	(36.129)
Baixa de provisão	<u>43.265</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>(16.475)</u>
Provisão registrada	(53.666)
Baixa de provisão	<u>32.297</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(37.844)</u>

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto sobre Circulação Mercadorias e Serviços	16.559	33.829	18.121	34.201
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	282	20	17.535	14.638
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	84	79	5.976	5.566
Imposto de renda sobre aplicação financeira	17.178	1.763	33.587	2.465
Imposto de Renda Retido na Fonte	-	-	2.167	1.356
Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social	98	55	459	4.677
Programa de Integração Social	30	42	348	1.044
Outros	3.158	3.497	3.894	3.415
	<u>37.389</u>	<u>39.285</u>	<u>82.087</u>	<u>67.362</u>
Ativo circulante	37.389	23.045	81.815	51.091
Ativo não circulante	-	16.240	272	16.271
	<u>37.389</u>	<u>39.285</u>	<u>82.087</u>	<u>67.362</u>

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal	113.010	75.091	137.069	79.338
Base negativa de CSLL	40.684	27.033	49.345	28.562
Receita diferida - parceria Itaú Unibanco	-	-	12.681	15.980
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	25.337	22.306
Provisão para litígios e demandas judiciais	18.055	14.650	22.841	18.464
Provisão para perdas nos estoques	12.867	5.601	12.867	5.601
Bônus a empregados	-	1.398	116	1.500
Provisão de aluguéis	9.681	3.693	9.681	3.959
Ajuste a valor presente	1.508	1.618	1.553	1.745
Comissão de cartões	1.818	839	1.818	839
Despesas com utilidades públicas	363	302	363	306
Provisão para perdas (ganhos) de "swap"	(717)	-	(5.565)	3.426
Provisão para perdas (ganhos) de hedge	(1.337)	-	(1.337)	-
Provisão para perdas (ganhos) de hedge accounting	(2.644)	(3.652)	(2.644)	(3.652)
Outros	4.515	3.312	6.667	6.192
	<u>197.803</u>	<u>129.885</u>	<u>270.792</u>	<u>184.566</u>

O saldo de imposto de renda diferido ativo inclui o efeito dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social da Marisa Lojas, que são imprescritíveis e compensáveis com lucros tributáveis futuros

A movimentação do exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	67.454	112.987
Adições	78.848	91.784
Baixas	(16.417)	(20.205)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>129.885</u>	<u>184.566</u>
Adições	71.483	101.429
Baixas	(3.565)	(15.203)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>197.803</u>	<u>270.792</u>

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, aprovadas pelos órgãos da Administração, a estimativa de recuperação do saldo ativo líquido consolidado de IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de CSLL encontra-se demonstrada a seguir:

Ano:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
2015	-	44.961	-	84.395
2016	32.072	33.602	68.897	38.899
2017	14.058	35.468	27.235	40.765
2018	18.575	15.854	31.752	20.507
2019 a 2023	133.098	-	142.908	-
	<u>197.803</u>	<u>129.885</u>	<u>270.792</u>	<u>184.566</u>

b) Conciliação da alíquota efetiva de IRPJ e CSLL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(102.674)	(16.583)	(76.008)	56.431
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) do IRPJ e da CSLL, de acordo com a alíquota vigente	34.909	5.638	25.843	(19.187)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Multa sobre autos de Infração	(390)	(894)	(390)	(894)
Equivalência patrimonial	35.027	67.153	-	-
Efeitos da diferença de alíquota da CSLL da financeira Sax	-	-	(6.070)	(6.099)
Outras adições permanentes	(2.636)	(4.232)	(3.518)	(3.721)
Lucro, exceto resultado financeiro, das controladas cuja tributação é feita com base no lucro presumido:				
Reversão do efeito da tributação - lucro real	-	-	45.166	48.823
Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo	-	-	(20.787)	(24.104)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças anteriores, para os quais não foram registrados os impostos diferidos devido a falta de evidências sobre a sua realização- Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	-	-	(167)
	<u>66.910</u>	<u>67.665</u>	<u>40.244</u>	<u>(5.349)</u>
Imposto de renda e contribuição social, efetivos:				
Correntes	-	-	(44.974)	(82.161)
Diferidos	66.910	67.665	85.218	76.812
	<u>66.910</u>	<u>67.665</u>	<u>40.244</u>	<u>(5.349)</u>

c) Medida provisória 627/13 e aprovação da Lei 12.973

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e de 31 de dezembro de 2014.

12. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, as quais são substancialmente praticadas a valor de mercado, foram eliminados na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora. Os detalhes estão apresentados a seguir:

12.1 Saldos e transações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante:				
Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda (a)	15.997	5.490	-	-
Visual Com. Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda (b)	41.385	27.556	-	-
Sax S.A- Crédito, Financiamento e Investimento (c)	4.178	478	-	-
Due Mille Participações Ltda (c)	28.140	13.058	-	-
Netpoints Fidelidade S.A. (h)	-	-	7.255	-
Registrada Marcas e Patentes Ltda	75	75	-	-
Primos Participações Ltda	-	393	-	-
Dividendos a receber (g)	-	26.577	-	-
	<u>89.775</u>	<u>73.627</u>	<u>7.255</u>	<u>-</u>
Ativo não circulante:				
Begoldi Comércio, Participação e Administração Ltda	-	-	-	1.174
	-	-	-	<u>1.174</u>
Passivo circulante:				
Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (d)	9.617	2.470	-	-
Due Mille Participações Ltda. (e)	146	256	-	-
Visual Com. Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda (b)	-	2.146	-	-
Aluguéis a pagar (f):				
Mareasa Participações Ltda.	29	28	29	28
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil.	5.997	6.019	5.997	6.019
	<u>15.789</u>	<u>10.919</u>	<u>6.026</u>	<u>6.047</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar :				
Pessoas físicas controladores	-	8.975	-	8.975
Não controladores	-	3.157	-	3.157
	-	<u>12.132</u>	-	<u>12.132</u>
Resultado:				
Club Administradora de Cartões de Crédito S.A. (d)	12.532	14.616	-	-
Due Mille Participações Ltda. (e)	14.949	21.916	-	-
Fashion Com. Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda.	-	12.718	-	-
Siara Com. Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda.	-	18.196	-	-
Visual Com. Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda (b)	21.022	13.588	-	-
Aluguéis de imóveis de partes relacionadas (f):				
Novay Participações Ltda.	-	10.557	-	10.557
Nix Administração e Participação Ltda.	-	7.838	-	7.838
Actio Participações Ltda.	-	5.888	-	5.888
Mareasa Participações Ltda.	196	6.162	196	6.162
Begoldi Comércio Participações ADM Ltda.	-	2.291	-	2.291
Pense Participações Ltda	-	693	-	693
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil.	39.205	6.019	39.205	6.019
	<u>87.904</u>	<u>120.482</u>	<u>39.401</u>	<u>39.448</u>

- (a) Refere-se a valores a receber por reembolso de despesas ocorridas nas lojas referentes ao Cartão Marisa, valores a receber referente ao Programa de Fidelidade Amiga e compartilhamento de despesas administrativas;
- (b) Refere-se a transações de venda de mercadorias;
- (c) Refere-se ao valor de despesas administrativas compartilhadas entre as empresas do grupo;
- (d) Refere-se à comissão paga por administração do Cartão Marisa e repasse de valores por pagamento de clientes nas lojas;
- (e) Refere-se ao serviço de encabidamento e armazenagem;
- (f) Referem-se a valores de aluguéis devidos pela Companhia às empresas ligadas, cuja atividade operacional é a administração de bens móveis e imóveis próprios, conforme demonstrado na nota explicativa nº 34;
- (g) Refere-se a dividendos a receber distribuídos antecipadamente das empresas controladas.
- (h) Compra antecipada de pontos do programa de fidelidade Netpoints.

12.2 - Remuneração da Administração da Companhia

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Conselho de Administração e Comitê de Auditoria	1.089	1.135
Diretoria	5.035	3.499
Benefícios de curto prazo	161	155
Plano de opções de ações e incentivo de longo prazo	356	1.332
	<u>6.641</u>	<u>6.121</u>

A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, na demonstração do resultado.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 29 de abril de 2015, foi fixado o limite de remuneração global dos administradores em até R\$20.100 para o exercício social de 2015 (R\$10.500 em 31 de dezembro de 2014).

13. INVESTIMENTOS

Os principais detalhes das controladas, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são como segue:

	Controladora - 31/12/2015						
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Club	99,99	813.354	503.812	309.542	92.032	291.037	92.032
Max	99,99	176.746	87.150	89.596	34.272	89.594	34.272
Due Mille (a)	99,99	21.557	29.223	(7.666)	(16.885)	-	(16.883)
Registrada	99,99	1.915	292	1.623	8.591	1.617	8.591
Visual (a)(ii)	99,99	16.767	41.710	(24.943)	(8.729)	-	(8.729)
Incorporadas (i)	-	-	-	-	-	-	78
Netpoints	20,00	70.190	68.643	1.547	(27.800)	309	(6.339)
Ágio Netpoints	-	-	-	-	-	17.549	-
						<u>400.106</u>	<u>103.022</u>

Controladora - 31/12/2014							
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Club	99,99	881.434	535.485	345.949	155.393	345.948	155.392
Max	99,99	167.435	99.932	67.503	60.932	67.503	60.924
Due Mille	99,99	500.107	490.883	9.224	(20.788)	9.218	(20.786)
Fashion	99,99	3.688	3.393	295	3.194	295	4.049
Siará	99,99	4.667	3.911	756	4.351	756	7.729
Estilo	99,99	645	1	644	44	644	44
Albatroz	99,99	58	1	57	(4)	57	(3)
Stúdio	99,99	543	1	542	38	542	39
Registrada	99,99	3.959	631	3.328	4.324	3.328	4.324
Visual (a)(ii)	99,99	14.935	31.150	(16.215)	(12.224)	-	(12.224)
Netpoints	20,00	71.092	35.813	32.813	(14.902)	6.562	(1.979)
Ágio Netpoints	-	-	-	-	-	17.549	-
						<u>452.402</u>	<u>197.509</u>

Consolidado - 31/12/2015							
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Netpoints	20,00	70.190	68.643	1.547	(27.800)	309	(6.339)
Ágio Netpoints	-	-	-	-	-	17.549	-
						<u>17.858</u>	<u>(6.339)</u>

Consolidado - 31/12/2014							
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Netpoints	20,00	71.092	35.813	32.813	(14.902)	6.562	(1.979)
Ágio Netpoints	-	-	-	-	-	17.549	-
						<u>24.111</u>	<u>(1.979)</u>

(i) Em setembro de 2015, a Companhia incorporou as controladas diretas, Fashion, Siará, Estilo, Albatroz e Studio.

(ii) Em 28/09/2015 a Companhia comunicou ao mercado a descontinuidade da modalidade de venda por catálogo (venda direta). Esta medida visa concentrar os esforços em seus negócios mais maduros e reduzir as iniciativas que requerem empenho e esforços adicionais diante do aumento do nível de incerteza e da deterioração do cenário econômico atual.

(a) Provisão para passivo a descoberto de controladas

Controladora - 31/12/2015						
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do passivo a descoberto
Due Mille	99,99	21.557	29.223	(7.666)	(16.885)	(7.665)
Visual	99,99	16.767	41.012	(24.245)	(8.729)	(24.943)
						<u>(32.608)</u>

Controladora - 31/12/2014						
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do passivo a descoberto
Visual	99,99	14.935	31.150	(16.215)	(12.224)	(16.215)
						<u>(16.215)</u>

As alterações registradas nas contas de investimentos durante o exercício de 2015 e de 2014 são como segue:

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	452.402	542.701
Adição de investimento por combinação de negócios	-	8.477
Carteira de clientes	-	376
Ágio sobre investimentos	-	17.173
Incorporação das controladas	(2.368)	-
Participação no resultado das controladas	103.022	197.509
Provisão para perdas em investimentos	16.394	12.224
Ganho com investimentos	85	66
Dividendos recebidos	(169.429)	(326.124)
Saldo no fim do exercício	<u>400.106</u>	<u>452.402</u>

14. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação %	Controladora - 31/12/2015			Controladora - 31/12/2014		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	10	320.587	(155.482)	165.105	310.439	(128.457)	181.982
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	731.246	(597.179)	134.067	719.974	(537.710)	182.264
Equipamentos de informática	20	117.029	(85.267)	31.762	110.935	(74.232)	36.703
Móveis e utensílios	10	199.337	(102.308)	97.029	193.991	(82.846)	111.145
Veículos	20	2.928	(1.295)	1.633	3.294	(1.251)	2.043
Obras em andamento	-	2.065	-	2.065	6.599	-	6.599
Outros imobilizados	10	3.674	(1.580)	2.094	7.900	(2.459)	5.441
		<u>1.376.866</u>	<u>(943.111)</u>	<u>433.755</u>	<u>1.353.132</u>	<u>(826.955)</u>	<u>526.177</u>

	Taxa média anual de depreciação %	Consolidado - 31/12/2015			Consolidado - 31/12/2014		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	10	321.184	(155.673)	165.511	310.964	(128.590)	182.374
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	731.999	(597.879)	134.120	720.726	(538.332)	182.394
Equipamentos de informática	20	122.744	(89.065)	33.679	115.899	(77.431)	38.468
Móveis e utensílios	10	237.606	(119.363)	99.381	230.521	(96.255)	134.266
Veículos	20	2.928	(1.295)	1.633	3.294	(1.251)	2.043
Obras em andamento	-	2.065	-	2.065	6.599	-	6.599
Outros imobilizados	10	4.354	(1.788)	23.342	8.565	(2.599)	5.967
		<u>1.422.880</u>	<u>(965.063)</u>	<u>457.817</u>	<u>1.396.568</u>	<u>(844.458)</u>	<u>552.110</u>

(a) O prazo de amortização é realizado conforme prazo contratual.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado”, durante o exercício, foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	526.177	551.994	552.110	577.326
Adições	59.170	135.655	62.112	140.642
Baixas	(14.266)	(5.368)	(14.500)	(5.611)
Reversão (constituição) de provisão para perdas	2.246	(2.246)	2.246	(2.246)
Depreciação	(139.572)	(153.858)	(144.151)	(158.001)
Saldo no fim do exercício	<u>433.755</u>	<u>526.177</u>	<u>457.817</u>	<u>552.110</u>

15. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de depreciação %	Controladora - 31/12/2015			Controladora – 31/12/2014		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Software	20	185.990	(88.774)	97.216	156.944	(64.901)	92.043
Fundo de comércio (a)	(b)	70.839	(47.082)	23.757	70.839	(38.874)	31.965
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	45.964	(17.461)	28.503	31.283	(18.335)	12.948
Outros intangíveis	33	60	-	60	62	-	62
		<u>302.853</u>	<u>(153.317)</u>	<u>149.536</u>	<u>259.128</u>	<u>(122.110)</u>	<u>137.018</u>

	Taxa média anual de depreciação %	Consolidado - 31/12/2015			Consolidado – 31/12/2014		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Software	20	195.081	(94.866)	100.215	164.605	(69.781)	94.824
Fundo de comércio (a)	(b)	70.839	(47.082)	23.757	70.839	(38.874)	31.965
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	60.952	(31.687)	29.265	45.510	(30.787)	14.723
Outros intangíveis	33	68	-	68	68	-	68
		<u>326.940</u>	<u>(173.635)</u>	<u>153.305</u>	<u>281.022</u>	<u>(139.442)</u>	<u>141.580</u>

(a) Fundo de comércio pago quando da celebração dos arrendamentos das lojas localizadas em ruas, enquanto que os direitos de uso de infraestrutura são os valores pagos referentes as lojas localizadas em shoppings.

(b) O prazo de amortização é realizado conforme prazo contratual.

As alterações registradas na rubrica “Intangível”, durante o exercício, foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	137.018	116.278	141.580	123.926
Adições	48.572	52.679	50.767	53.709
Baixas	(3.096)	(978)	(3.096)	(978)
Reversão (constituição) de provisão para perdas	2.506	(2.506)	2.506	(2.506)
Amortização	(35.464)	(28.455)	(38.452)	(32.571)
Saldo no fim do exercício	<u>149.536</u>	<u>137.018</u>	<u>153.305</u>	<u>141.580</u>

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Mercadoria para revenda nacional	178.183	197.943	178.183	197.943
Mercadoria para revenda importada	11.754	10.155	11.754	10.155
Serviços	11.941	26.361	12.943	27.861
Suprimentos	4.029	7.803	4.571	9.052
Outros	1.677	2.632	1.682	3.891
Ajuste a valor presente	(3.694)	(3.654)	(3.694)	(3.654)
	<u>203.890</u>	<u>241.240</u>	<u>205.439</u>	<u>245.248</u>

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

			Controladora
	31/12/2015	31/12/2014	Taxa efetiva
<u>Passivo circulante:</u>			
Debêntures	181.540	180.574	(a)
FINIMP	25.671	-	Juros de 100,71% a 104,50% do CDI
BNDES	8.364	-	Juros de TJLP + 1,67%aa , TJLP + 3,67%aa, Selic + 3,67% aa 6,00%a.a.
Finame	5.861	4.937	Juros de 2,5% a 9,5% a.a.
Arrendamento mercantil	4.408	5.691	Juros de 0,81% a 1,97% a.a. + CDI (b)
	<u>225.844</u>	<u>191.202</u>	
<u>Passivo não circulante:</u>			
Debêntures	447.638	672.877	(a)
BNDES	82.968	-	Juros de TJLP + 1,67%aa , TJLP + 3,67%aa, Selic + 3,67% aa 6,00%a.a.
Resolução n.º 4131 (d)	59.852	-	Juros de 107,75% do CDI (b)
Finame	17.996	23.048	Juros de 2,5% a 9,5% a.a.
Arrendamento mercantil	1.724	3.635	Juros de 0,81% a 1,97% a.a. + CDI (b)
	<u>610.178</u>	<u>699.560</u>	
Consolidado			
	31/12/2015	31/12/2014	Taxa efetiva
<u>Passivo circulante:</u>			
Debêntures	181.540	180.574	(a)
Capital de Giro	87.525	82.938	Juros de 108,5% a 117,3% do CDI (b)
Resolução n.º 4131 (d)	10.837	51.677	Juros de 107,65% do CDI (b)
Resolução n.º 2770 (d)	39.186	43.829	Juros de 117,3% do CDI (b)
FINIMP	25.671	-	Juros de 100,71% a 104,50% do CDI
BNDES	8.364	-	Juros de TJLP + 1,67%aa , TJLP + 3,67%aa, Selic + 3,67% aa 6,00%a.a.
Finame	6.034	5.050	Juros de 2,5% a 9,5% a.a.
Arrendamento mercantil	4.860	5.691	Juros de 0,81% a 2,19% a.a. + CDI (b)
	<u>364.017</u>	<u>369.759</u>	
<u>Passivo não circulante:</u>			
Debêntures	447.638	672.877	(a)
BNDES	82.968	-	Juros de TJLP + 1,67%aa , TJLP + 3,67%aa, Selic + 3,67% aa 6,00%a.a.
FIDC-NP Club (c)	-	15.649	-
Resolução n.º 4131 (d)	183.193	61.635	Juros de 107,25% a 107,75% do CDI (b)
Finame	18.265	23.556	Juros de 2,5% a 9,5% a.a.
Arrendamento mercantil	1.979	3.635	Juros de 0,81% a 2,19% a.a. + CDI (b)
	<u>734.043</u>	<u>777.352</u>	

(a) Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia são nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração. As debêntures não possuem garantias, os juros são amortizados semestralmente. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional e à vista no ato da subscrição. Abaixo seguem as debêntures emitidas pela Companhia:

Debêntures não conversíveis	Principal R\$	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Encargos financeiros	Controladora e Consolidado	
						31/12/2015	31/12/2014
1ª emissão	300.000	21/06/2011	21/06/2018	300	111,95% do CDI	300.000	300.000
2ª emissão	350.320	20/12/2011	20/12/2016 (i)	350	111,20% do CDI	175.160	350.320
3ª emissão - 1ª série	100.000	25/04/2014	25/04/2019 (ii)	5.000	111,25% do CDI	50.000	100.000
3ª emissão - 2ª série	100.000	25/04/2014	25/04/2021 (iii)	10.000	112,00% do CDI	100.000	100.000
Total do principal						625.160	850.320
Custos de transação a apropriar						(1.876)	(2.839)
Juros a pagar						5.894	5.970
Total Debêntures						629.178	853.451
Passivo circulante						181.540	180.574
Passivo não circulante						447.638	672.877

- (i) A amortização da segunda emissão de debêntures será efetuada em duas parcelas anuais, sendo a primeira efetuada em 20/12/2015 e a segunda em 20/12/2016.
- (ii) A amortização da terceira emissão de debêntures da 1ª Série será integralmente na data de vencimento das debêntures, ou seja, em 25/04/2019. Em 29 de julho de 2015, a Companhia promoveu uma oferta de aquisição facultativa para recomprar suas 5.000 debêntures da 1ª Série da 3ª emissão, por preço não superior ao valor unitário nominal de cada debênture, acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a data do pagamento da última remuneração, conforme respectivas escrituras de emissão, e posterior cancelamento. A Companhia poderá revendê-la a qualquer momento sem perda de rendimento.
- (iii) A amortização da terceira emissão de debêntures da 2ª Série será em duas parcelas de: (i) 50% do valor nominal das debêntures da 2ª Série ao final do sexto ano a contar da Data de Emissão, portanto em 25/04/2020; (ii) 50% do valor nominal das debêntures da 2ª Série na data de vencimento das debêntures da 2ª Série, portanto em 25/04/2021.

Em relação às cláusulas de “covenants” financeiros, o contrato exige da Companhia a manutenção da razão entre Dívida Líquida e EBITDA (“*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*”, que traduzido para o português significa: “Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”) em patamar inferior a 3,5 vezes ao ano, considerando-se como dívida líquida a somatória das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante; considera-se o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas de “covenants”.

- (b) CDI - Certificado de Depósito Interbancário cuja taxa anualizada em 31 de dezembro de 2015 foi de 13,2% (10,8% em 31 de dezembro de 2014).
- (c) Conforme divulgado na nota explicativa nº. 8, em novembro de 2015 houve o encerramento do FIDC-NP Club.
- (d) Na mesma data da captação desses recursos, a controlada Club contratou operações de “swap” com a mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxas pós-fixadas indexadas a um percentual do CDI.

As parcelas do passivo não circulante dos empréstimos e financiamentos vencem como segue:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	182.715	-	237.342
2017	12.460	6.657	12.523	14.068
2018	369.009	303.455	492.777	303.527
2019	56.465	102.761	56.473	102.769
Após 2020	172.244	103.972	172.270	119.646
	610.178	699.560	734.043	777.352

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), conforme consta nos contratos celebrados com os bancos. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia encontra-se adimplente às cláusulas restritivas.

Garantias de empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Tipo de garantia	31/12/2015	31/12/2014
Banco Bradesco S.A., Banco Fator e Banco Itaú Unibanco S.A.	Fianças bancárias	177.609	98.050

18. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Férias	35.499	30.493	38.043	33.565
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	8.128	3.595	8.651	4.204
Salários a pagar	16.661	10.514	17.250	11.276
Imposto de renda retido na fonte	1.018	2.255	1.224	2.685
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	2.354	3.082	2.436	3.310
Participação nos lucros	-	4.113	-	4.113
Outros	241	368	256	390
	<u>63.901</u>	<u>54.420</u>	<u>67.860</u>	<u>59.543</u>

19. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS	71.586	76.301	71.583	76.301
IRPJ	-	-	3.422	14.710
CSLL	613	283	1.343	4.195
COFINS	18.020	33.298	19.251	34.557
PIS	3.900	7.069	4.096	7.305
Outros	12.158	5.058	12.643	10.261
	<u>106.277</u>	<u>122.009</u>	<u>112.338</u>	<u>147.329</u>

20. RECEITA DIFERIDA

a) Operação Itaú/Marisa

Simultaneamente à criação do cartão de crédito Itaú/Marisa (“co-branded”) ocorrida em 2008, a Companhia recebeu do Itaú Unibanco a quantia de R\$120.000 pela exclusividade e uso da base de dados de clientes da Companhia.

A Companhia e o Itaú Unibanco, na proporção de 50% para cada um, dividem os resultados decorrentes da oferta, distribuição e comercialização dos cartões de crédito, sendo o pagamento do resultado efetuado trimestralmente.

Em 29 de setembro de 2015, a Companhia e o Itaú celebraram a renovação desta parceria para o desenvolvimento dos cartões embandeirados Itaucard Marisa – MasterCard. A parceria inicial, válida por 10 anos e que entrou em vigor em abril de 2009, foi estendida até 31 de março de 2029. Em virtude desta renovação e ampliação de prazo da parceria, a receita diferida será apropriada ao resultado pela fruição de prazo do respectivo aditamento.

Garantias e compromissos assumidos:

Nesta operação, a Companhia e sua controlada Club, apresentaram garantia no valor de R\$56.087, composta por contas a receber de clientes Cartão Marisa – *private label*, ações e aplicações financeiras.

b) Operação “Netpoints”

A Companhia, por meio do Contrato Particular de Programa de Fidelidade e Outras Avenças celebrado com Netpoints Fidelidade S.A. (“Netpoints”), concedeu à Netpoints o acesso, pelo período de 10 anos, à base de dados de clientes do Programa Amiga, para fins únicos e exclusivos de promoção, oferta, distribuição e comercialização do Programa Netpoints. Em contrapartida, a Netpoints pagou à Marisa, o valor total de R\$20.000.

A receita diferida é apropriada ao resultado pela fruição de prazo do respectivo contrato, estipulado em dez anos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita diferida				
Itaú / Marisa	-	-	37.296	47.000
Netpoints	18.250	19.250	18.250	19.250
	<u>18.250</u>	<u>19.250</u>	<u>55.546</u>	<u>66.250</u>
Passivo circulante	1.000	1.000	3.815	13.000
Passivo não circulante	17.250	18.250	51.731	53.250
	<u>18.250</u>	<u>19.250</u>	<u>55.546</u>	<u>66.250</u>

21. PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos, em sua maioria de natureza cível. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que a provisão para litígios e demandas judiciais é suficiente para cobrir as perdas prováveis. Os saldos das provisões para litígios e demandas judiciais são os seguintes:

	Controladora					31/12/2015
	31/12/2014	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	
Tributárias:						
FGTS (a)	11.501	1.777	-	-	1.046	14.324
PIS e COFINS (b)	-	30.544	-	-	-	30.544
FAP/RAT	5.349	575	-	-	802	6.726
Outros riscos tributários	1.685	531	-	-	-	2.216
	<u>18.535</u>	<u>33.428</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.848</u>	<u>53.810</u>
Trabalhistas	23.667	16.619	(5.743)	(5.572)	-	28.971
Cíveis	885	981	(367)	(633)	-	866
	<u>43.087</u>	<u>51.027</u>	<u>(6.110)</u>	<u>(6.205)</u>	<u>1.848</u>	<u>83.647</u>
Depósitos judiciais	51.249	40.617	(37.183)	-	-	54.683

	Consolidado					31/12/2015
	31/12/2014	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	
Tributárias:						
FGTS (a)	11.501	1.777	-	-	1.046	14.324
PIS e COFINS (b)	-	30.544	-	-	-	30.544
FAP/RAT	5.515	569	-	-	802	6.886
Outros riscos tributários	1.685	531	-	-	-	2.216
	18.701	33.421	-	-	1.848	53.970
Trabalhistas	25.674	18.079	(7.807)	(3.883)	-	32.063
Cíveis	10.341	13.589	(9.753)	(3.514)	-	10.663
	54.716	65.089	(17.560)	(7.397)	1.848	96.696
Depósitos judiciais	55.299	49.051	(47.859)	-	-	56.491

(a) A Companhia impetrou ação judicial contra a União Federal requerendo a inconstitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 110/01, a qual não respeitou o princípio da anterioridade para alteração da alíquota do FGTS. Tendo em vista a revogação parcial da tutela, em 19 de maio de 2004, a Companhia optou por continuar fazendo os depósitos judiciais das contribuições sociais e não o recolhimento das aludidas cobranças.

(b) A Companhia ingressou com medida judicial (Ação Declaratória no rito Ordinário), e obteve decisão favorável através da concessão de antecipação de tutela, para excluir o ICMS sobre vendas de mercadorias da base de cálculo do PIS e da COFINS, tal medida é necessária em função da Lei 12.973 de 13 de maio de 2014. Apesar da decisão favorável, a Companhia entende a necessidade de aguardar a confirmação da tutela com o trânsito em julgado da ação, mantendo assim a provisão contábil dos efeitos de tal medida judicial.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas mantinham outros processos tributários em andamento, cuja materialização, na avaliação dos consultores legais, é classificada como perda possível, no valor de R\$546.808 (R\$440.041 em 31 de dezembro de 2014), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, entende não ser necessária a constituição de provisão.

A Companhia e suas controladas estão contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e processos cíveis e efetuaram depósitos para recursos de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais e depósitos em caução relacionados com os recursos sobre processos judiciais, no montante de R\$56.491, sendo R\$54.683 da Controladora (R\$55.299 em 31 de dezembro de 2014, sendo R\$51.249 da Controladora).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia, no montante de R\$899.597 (R\$661.493 em 31 de dezembro de 2014), estava representado por 204.085.999 ações ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído conforme segue:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Valor R\$	Total de ações	%	Valor R\$	Total de ações	%
Acionistas domiciliados no País - bloco de controle (pessoas físicas)	676.122	153.387.531	75,16	489.377	137.258.368	73,98
Mercado	223.475	50.698.468	24,84	172.116	48.274.358	26,02
	899.597	204.085.999	100,00	661.493	185.532.726	100,00

Em 21 de agosto de 2015 foi aprovado o aumento de Capital Social no valor de R\$238.104, passando este de R\$661.493 para R\$899.597, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias da Companhia. Na mesma data, foi aprovada a Bonificação em Ações à razão de 10%: em razão da capitalização das reservas aprovadas, tendo sido emitidas 18.553.273 novas ações ordinárias escriturais, sem

valor nominal, a título de bonificação, na proporção de 1 nova ação ordinária, para cada 10 ações ordinárias detidas pelos acionistas.

b) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 450.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2015, a reserva de retenção de lucros não foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, em virtude do prejuízo apurado no exercício (constituição de R\$36.396 em 2014).

d) Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes a legislação societária brasileira.

Em 31 de dezembro de 2015, em virtude do prejuízo apurado no exercício não há proposição de distribuição de dividendos.

Em 2014 foram destacados montantes da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(35.764)	51.082
Constituição da reserva legal (5%) (i)	-	(2.554)
Base de cálculo dos dividendos	<u>(35.764)</u>	<u>48.528</u>
Dividendos propostos (ii)	-	12.132
Dividendos por ação	-	0,06539
Percentual dos dividendos e juros sobre capital próprio	-	25,00%

(i) Conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

(ii) Em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 29 de abril de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia que detinham ações nessa mesma data, no montante de R\$12.132 referente aos dividendos propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, pagos em 21 de maio de 2015.

e) Plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações (stock option)

A Companhia possui plano de outorga de opções de compra de ações para seus executivos.

A posição das opções outorgadas em aberto é demonstrada a seguir:

Outorga	Data		Quantidade - mil		Outorga Valor justo da opção	Preço de exercício	
	Início do exercício	Final do exercício	Opções outorgadas	Opções em aberto		Na outorga	Atualizado IPCA
17/08/2011	31/03/2012	17/08/2016	305	117	12,87	14,84	19,23
09/05/2012	31/03/2013	09/05/2017	146	22	11,68	14,84	18,65
22/05/2013	29/05/2014	22/05/2019	170	80	9,47 a 14,44	25,26	30,47
03/06/2013	31/03/2014	22/05/2016	129	34	12,39	23,99	28,88
30/05/2014	22/05/2015	22/05/2020	263	139	6,29 a 9,24	12,51	14,20
			<u>1.013</u>	<u>392</u>			

A movimentação ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 nas opções outorgadas em aberto está apresentada abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial de opções de compra de ações - mil	710	518
Emissão de opções de compra de ações - mil	-	263
Exercício das opções de compras de ações - mil	-	-
Cancelamento das opções de compras de ações - mil	(318)	(71)
Saldo atual do número de opções de compra de ações - mil	392	710

O valor justo para os planos de opções de compra das ações (stock option) foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos no resultado, na rubrica “Despesas operacionais”, e no patrimônio líquido, na rubrica “Reserva de lucros”, como segue:

Ano da outorga	Despesas incorridas	Despesas 31/12/2015	Exercícios futuros	Total
2008	648	-	-	648
2011	3.665	24	-	3.689
2012	1.332	29	6	1.367
2013	2.251	280	258	2.789
2014	518	356	459	1.333
	8.414	689	723	9.826

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional bruta:				
Vendas de mercadorias	3.648.011	3.872.747	3.649.390	3.867.258
Operações com cartão de crédito	-	-	359.482	386.709
Prestação de serviços	4.766	3.070	181.433	201.058
Operação com crédito pessoal	-	-	184.089	187.714
Impostos incidentes:				
Vendas de mercadorias	(945.006)	(1.008.783)	(945.322)	(1.009.072)
Prestação de serviços	(599)	(386)	(29.095)	(25.419)
Devoluções:				
Vendas de mercadorias	(234.687)	(263.528)	(235.071)	(263.655)
	2.472.485	2.603.120	3.164.906	3.344.593

24. CUSTOS DA REVENDA DE MERCADORIAS, DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO, DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custo da revenda de mercadorias	(1.323.212)	(1.371.093)	(1.323.506)	(1.362.529)
Custo de operações com cartão de crédito	-	-	(241.346)	(220.195)
Custo da prestação de serviços	-	-	(128.870)	(122.226)
Custo de operações com crédito pessoal	-	-	(94.396)	(73.455)
	(1.323.212)	(1.371.093)	(1.788.118)	(1.778.405)

25. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com pessoal e serviços	(424.425)	(515.526)	(409.806)	(495.379)
Utilidades públicas	(86.967)	(71.994)	(87.991)	(72.292)
Despesas de comunicação, distribuição e locação	(336.312)	(359.673)	(351.229)	(371.631)
Outras	(39.344)	(61.188)	(50.150)	(69.453)
	<u>(887.048)</u>	<u>(1.008.381)</u>	<u>(899.176)</u>	<u>(1.008.755)</u>

26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com pessoal e serviços	(114.887)	(107.185)	(155.026)	(147.637)
Utilidades públicas	(6.383)	(5.593)	(8.384)	(5.620)
Despesas locatícias	(4.320)	(3.974)	(4.609)	(1.625)
Despesas tributárias	(3.118)	(2.545)	(3.149)	(2.595)
Outras	(11.545)	(9.233)	(12.808)	(11.411)
	<u>(140.253)</u>	<u>(128.530)</u>	<u>(183.976)</u>	<u>(168.888)</u>

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Créditos tributários	21.446	18.196	21.488	16.708
Despesas recuperadas	4.193	3.409	5.610	3.640
Reversão (constituição) de provisão/perdas para litígios e demandas judiciais, líquida	(23.101)	(14.100)	(39.207)	(27.717)
Outras	(6.544)	(10.157)	(5.650)	6.062
	<u>(4.006)</u>	<u>(2.652)</u>	<u>(17.759)</u>	<u>(1.307)</u>

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas financeiras:				
Ajuste a valor presente – fornecedores	(46.627)	(38.247)	(46.627)	(38.247)
Perda em “swap”	(26)	-	(15.721)	(14.155)
Juros	(128.549)	(96.013)	(132.209)	(98.702)
Ganho (perda) com instrumentos financeiros (a)	9.995	(7.621)	9.995	(7.621)
Despesas bancárias	(2.500)	(2.092)	(3.319)	(2.605)
Variação cambial empréstimos	(3.160)	711	(53.019)	(19.755)
Variação monetária passiva	(1.921)	(1.263)	(1.921)	(1.371)
Descontos concedidos	(73)	-	(6.393)	(11.498)
Outras	(10.723)	(1.063)	(16.614)	(6.565)
	<u>(183.584)</u>	<u>(145.588)</u>	<u>(265.828)</u>	<u>(200.519)</u>

Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	46.780	18.234	57.555	28.162
Ganho em “swap”	2.187	41	55.263	27.334
Variação cambial ativa	224	262	224	262
Descontos obtidos	551	1.098	578	1.131
Outras	1.418	1.710	5.467	5.374
	<u>51.160</u>	<u>21.345</u>	<u>119.087</u>	<u>62.263</u>

(a) Para mais detalhes, vide Nota Explicativa nº 30.e).

29. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro (prejuízo) líquido por ação básico e diluído:

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (prejuízo) líquido de operações em continuidade atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora	(35.764)	51.082
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação	192.243	185.533
Efeito da diluição:		
Opções de ações	-	-
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	<u>192.243</u>	<u>185.533</u>
Lucro (prejuízo) líquido por ação básico e diluído - R\$ (a)	<u>(0,18604)</u>	<u>0,27533</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2015, o preço de exercício estimado das opções de ações em aberto era superior ao preço médio de mercado das ações durante o exercício e, portanto, não ocasionaram efeito diluidor.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

30.1 Visão Geral

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de crédito, de liquidez e de mercado, os quais são gerenciados ativamente em conformidade à Política de Gestão de Risco Financeiro (“Política de Risco”) e diretrizes internas a ela subordinadas.

a) Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). O saldo de clientes sujeito a risco de crédito está apresentado na nota explicativa nº 8. A Companhia registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$115.814 (R\$98.563 em 31 de dezembro de 2014), para cobrir os riscos de crédito.

A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a uma instituição em particular. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a risco de crédito estão apresentados nas notas explicativas nº 6 e 7.

b) Riscos de mercado

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente na compra de estoque para revenda, o que expõe ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras.

A Administração estabeleceu uma política que exige que, por meio de seu Diretor Financeiro, se apresente mensalmente ao Conselho de Administração a posição atual de exposição em moeda estrangeira e seus riscos inerentes para a tomada de decisão de necessidade ou não de uma proteção para risco cambial.

c) Risco de liquidez

A Companhia, preocupada com a volatilidade do dólar frente ao real, optou por realizar operações de hedge de fluxo de caixa, cujo objetivo é a proteção cambial das importações.

Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, o Departamento de Operações Financeiras mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia e por suas controladas:

	31/12/2015				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	205.439	-	-	-	205.439
Financiamentos bancários	359.226	11.645	668.813	51.904	1.091.588
Financiamentos bancários - arrendamento financeiro	4.425	1.533	174	-	6.132
	<u>569.090</u>	<u>13.178</u>	<u>668.987</u>	<u>51.904</u>	<u>1.303.159</u>
	31/12/2014				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	245.248	-	-	-	245.248
Financiamentos bancários	362.912	233.934	419.924	120.947	1.137.717
Financiamentos bancários - arrendamento financeiro	6.112	3.129	870	-	10.111
	<u>614.272</u>	<u>237.063</u>	<u>420.794</u>	<u>120.947</u>	<u>1.393.076</u>

d) Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Total dos empréstimos e financiamentos e debêntures	1.098.060	1.147.111
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(551.613)	(510.680)
Dívida líquida	546.447	636.431
Total do patrimônio líquido	1.118.845	1.155.878
Capital total	1.665.292	1.792.309
Índice de alavancagem financeira	33%	36%

e) Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

A Companhia e sua controlada Club captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros, para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI, acrescido de taxa prefixada.

Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. Dessa forma, a Administração entende que, na essência, essa operação é um empréstimo denominado em moeda local acrescido de uma determinada taxa de juros; portanto, o tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe dos contratos de instrumentos financeiros derivativos em aberto é como segue:

31/12/2015						
Vencimento	Valor de referencia (nocial)	Banco		Companhia		Valor líquido
		Indexador	Juros	Indexador	Juros	
Janeiro de 2016	11.360	US\$	1,06 a 2,03% a.a.	CDI	102% a 103%	1.556
Maio de 2016	6.323	US\$	1,79 a 2,88% a.a.	CDI	102,5%	194
Junho de 2016	7.571	US\$	2,04% a.a.	CDI	108,5%	(47)
Setembro de 2016	39.000	US\$	6,07% a.a.	CDI	117,30%	(1.406)
Janeiro de 2018	123.342	US\$	3,17% a.a.	CDI	107,25%	3.829
Julho de 2018	50.000	US\$	4,31% a.a.	CDI	107,75%	4.317
	<u>237.596</u>					<u>8.443</u>

31/12/2014						
Vencimento	Valor de referencia (nocial)	Banco		Companhia		Ajuste líquido
		Indexador	Juros	Indexador	Juros	
Maio de 2015	32.790	US\$	3,12% a.a.	CDI	109,5%	39.750
Fevereiro de 2017	100.000	US\$	2,76% a.a.	CDI	107,6%	109.590
	<u>132.790</u>					<u>149.340</u>

Com a operação de *swap*, a Companhia e suas controladas não estão sujeitas a risco de mudanças nas taxas de câmbio; dessa forma, não foram considerados para serem medidos pela análise de sensibilidade, considerando que a Companhia e suas controladas estão única e exclusivamente expostas à variação do CDI nos contratos de empréstimos.

30.2 Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*)

A Companhia aplica as regras de contabilidade de *hedge accounting* para seus instrumentos derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, conforme determinado em sua Política de Risco. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção, exclusivamente para as operações de compra de mercadorias importadas para revenda, reduzindo desta forma o risco cambial da operação.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting* são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar o resultado e são altamente efetivas em proteger as variações de fluxo de caixa atribuível ao risco coberto, consistente ao risco originalmente documentado na Política de Risco.

Para a proteção de suas operações, a Companhia optou pela linha de contratos de compra de moeda a termo (Non Deliverable Forward – NDF).

a) Contratos a termo de moedas – Non-deliverable forward (“NDF”)

O contrato a termo de moedas é o compromisso futuro de comprar e vender determinadas moedas em certa data no futuro por um preço pré-estabelecido. Por ser um non-deliverable forward, esse contrato não exige a liquidação física das posições contratadas, mas sim a liquidação financeira por diferença entre o preço de liquidação e o preço estabelecido na contratação.

As posições dos contratos a termo de moedas – NDF em aberto em 31 de dezembro de 2015, por vencimento, bem como as taxas médias ponderadas e o valor justo, são demonstrados a seguir:

Vencimentos:	Controladora / Consolidado		
	31/12/2015		
	Notional (US\$)	Taxa média	Valor Justo
Janeiro-16	11.900	3,6209	3.588
Fevereiro-16	14.035	3,7716	3.294
Março-16	12.281	3,8188	2.642
Abril-16	9.630	3,7690	2.780
Maio-16	2.700	3,8698	549
Junho-16	1.350	4,0330	146
Julho-16	620	4,0730	64
	<u>52.516</u>	<u>3,7633</u>	<u>13.063</u>

30.3 Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora / Consolidado
	Patrimônio Líquido
	31/12/2015
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:	
Riscos de moeda	7.776
IR/CS diferidos sobre perdas	(2.644)
Ganhos líquidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	5.132
Ganhos líquidos reconhecidos no período	(1.958)
Ganhos líquidos reconhecidos em períodos anteriores	7.090
	5.132

30.4 Valor justo dos instrumentos financeiros

A Administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, derivativos, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures), não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços. O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis previsto em contrato em linha com as condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado.

Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

30.5 Mensuração e hierarquia do valor justo

A tabela a seguir demonstra em detalhes da mensuração e hierarquia do valor justo:

	Controladora			
	31/12/2015	Nível 2	31/12/2014	Nível 2
Ativos				
Derivativos proteção cambial	6.020	6.020	3.867	3.867
Derivativos designados como hedge	13.063	13.063	10.742	10.742
	19.083	19.083	14.609	14.609

	Consolidado			
	31/12/2015	Nível 2	31/12/2014	Nível 2
Ativos				
Derivativos proteção cambial	8.443	8.443	11.269	11.269
Derivativos designados como hedge	13.063	13.063	10.742	10.742
	21.506	21.506	22.011	22.011

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve transferência entre os níveis 1 e 2 da mensuração do valor justo ou transferências para o nível 3.

30.6 Quadro de Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, único indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	31/12/2015				
	Montante	Risco	Provável (i)	Possível(ii)	Remoto (iii)
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	455.027	Baixa do CDI	73.641	55.231	36.820
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do CDI	982.429	Alta do CDI	174.582	218.227	261.872

Operação	31/12/2014				
	Montante	Risco	Provável (i)	Possível(ii)	Remoto (iii)
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	462.841	Baixa do CDI	57.740	43.305	28.870
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do CDI	1.095.454	Alta do CDI	146.110	182.638	219.165

(i) Juros calculados com base na previsão futura do CDI (taxas referenciais BM&F - Ibovespa).

(ii) Juros calculados considerando um incremento de 25% na variação do CDI.

(iii) Juros calculados considerando um incremento de 50% na variação do CDI.

31. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia possuía contratos de locação firmados com empresas ligadas e terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

O valor da locação dos imóveis de empresas ligadas é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 2,67% sobre as vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC-FIPE. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por até dois períodos de cinco anos.

O valor da locação dos imóveis de terceiros é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 3,41% sobre as vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 15 anos, sujeitos à renovação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as despesas de aluguéis, líquidas de Pis e Cofins a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$222.455 (R\$209.887 em 31 de dezembro de 2014). O saldo da rubrica “Aluguéis a pagar” é de R\$22.529 (R\$22.899 em 31 de dezembro de 2014).

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, a valores de 31 de dezembro de 2015, totalizam um montante mínimo de R\$806.107 assim distribuído:

<u>Exercício</u>	<u>Valor</u>
2016	199.583
2017	157.785
2018	112.903
2019	97.646
2020 a 2032	238.190
	<u>806.107</u>

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em varejo e operações de crédito. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- Varejo – atividade de varejo com foco em consumidores da classe C e D.
- Produtos e serviços financeiros, sendo:
 - (i) Operações cartão de crédito - por meio do Cartão Marisa e “Co-Branded” Marisa Itaucard e gerenciado pela controlada Club, ofertam aos consumidores da Companhia o crédito para aquisição de produtos, além de seguros, pagamento de contas e empréstimo pessoal.
 - (ii) Operações crédito pessoal - oferta empréstimo pessoal aos consumidores da Companhia.

Apresentamos abaixo os resultados por segmento:

31/12/2015				
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	2.482.530	486.214	196.162	3.164.906
Custos do segmento	(1.323.506)	(337.926)	(126.686)	(1.788.118)
Lucro bruto	1.159.024	148.288	69.476	1.376.788
Despesas com vendas	(899.176)	-	-	(899.176)
Despesas gerais e administrativas	(141.426)	(29.417)	(13.133)	(183.976)
Outras despesas operacionais	(12.469)	(4.841)	(449)	(17.759)
Resultado operacional do segmento	105.953	114.030	55.894	275.877
Depreciação e amortização				(198.805)
Receitas financeiras				119.087
Despesas financeiras				(265.828)
Resultado de equivalência patrimonial				(6.339)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				(76.008)

31/12/2014				
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	2.602.866	537.038	204.689	3.344.593
Custos do segmento	(1.362.529)	(319.566)	(96.310)	(1.778.405)
Lucro bruto	1.240.337	217.472	108.379	1.566.188
Despesas com vendas	(1.008.755)	-	-	(1.008.755)
Despesas gerais e administrativas	(134.601)	(27.290)	(6.997)	(168.888)
Outras receitas (despesas) operacionais	(5.182)	3.188	687	(1.307)
Resultado operacional do segmento	91.799	193.370	102.069	387.238
Depreciação e amortização				(190.572)
Receitas financeiras				62.263
Despesas financeiras				(200.519)
Resultado de equivalência patrimonial				(1.979)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				56.431

Em consequência da mudança da estrutura organizacional, a Companhia adotou nova forma de alocação de despesas entre as unidades de negócio a partir de 01 de janeiro de 2015. Tal medida visa medir melhor o resultado individual de cada uma das unidades, assim como melhorar a sua comparabilidade com nossos pares e traz maior flexibilidade em eventuais futuras movimentações estratégicas que a Companhia possa avaliar.

O somatório dos ativos totais dos segmentos de varejo, operações cartões de crédito e operações crédito pessoal é de R\$2.832.135 (R\$2.975.990 em 31 de dezembro de 2014), e dos passivos totais é de R\$1.713.290 (R\$1.820.112 em 31 de dezembro de 2014).

33. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2015 e 2014, são assim demonstradas:

	31/12/2015	31/12/2014
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	219.350	228.100
Transportes	117.423	77.000
Veículos	2.519	2.623
	<u>349.292</u>	<u>317.723</u>
